

PREFÁCIO

“PROFESSOR, QUANDO É QUE COMEÇAMOS A ARGUMENTAR?”

Procurando responder aos desafios que os universos da argumentação colocam a todos aqueles que se interessam pela sua abordagem teórica, mas também pela sua aplicação em termos de análise, esta obra apresenta um importante leque de perspectivas teóricas da argumentação.

Dividido em várias partes, os autores de cada capítulo deste livro sugerem em que medida, e de que forma, cada perspectiva pode conduzir a práticas analíticas proveitosas.

A presente obra originada num curso de extensão – do qual tive o prazer de participar – promovido pela Universidade Federal de Sergipe em parceria com a Universidade Federal de Goiás, no ano de 2020, organizado por Isabel Cristina Michelan de Azevedo e Rubens Damasceno-Morais, contempla seis perspectivas teóricas: o modelo de Toulmin, a Nova Retórica de Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, a Lógica Informal, a Argumentação na Língua, a Argumentação no Discurso, o modelo dialogal de Christian Plantin e o ponto de vista da análise no quadro da tradição retórica.

Trata-se, por conseguinte, de uma obra plural. Não apresentando pretensões de exaustividade, os seus organizadores souberam selecionar ponderadamente algumas das teorias que mais impacto têm na atual literatura sobre a argumentação, o que permite que este volume dialogue de perto com muitos dos recursos familiares a quem se dedica às práticas investigativas e docentes nesta área transversal de estudos.

Os organizadores desta publicação estão bem conscientes dos problemas colocados pela diversidade de propostas teóricas e pela heterogeneidade das vias analíticas que daí decorrem. Reconhecem, por outro lado, que a articulação entre teoria e análise – que nutrem entre si uma relação de « cara e coroa » – é algo que deve ter uma dimensão coerencial, sob o risco de, a não ser assim, as teorias se tornarem improdutivas e as análises deambulantes, avulsas e confusas.

Em termos do binómio teoria-análise, uma questão que se coloca relativamente à diversidade de abordagens teóricas é a seguinte: será suficiente adoptar uma perspectiva e atermo-nos à sua lógica para que uma análise seja satisfatória? Ou deveremos considerar que as diferentes teorias só parcialmente satisfazem as exigências complexas e multidimensionais das tessituras argumentativas e, nesse sentido, a melhor opção será a de convocar as melhores intuições que cada perspectiva proporciona de modo proceder a descrições e a análises o mais completas e fundamentadas possível?

Inclinamo-nos para a segunda hipótese, achando que é mais profícuo seleccionar as ferramentas teórico-analíticas em função daquilo que está em análise do que impor esquemas prévios, rígidos e por vezes redutores. Com efeito, na maior parte das vezes, as argumentações exigem a exploração de múltiplos e variados aspetos. Por isso, as análises completas e holísticas ficam melhor servidas através de um pluralismo teórico que tem o seu correspondente num politeísmo metodológico. Como já foi referido, interessa mais saber lançar mão das melhores e mais fecundas intuições dos teóricos, quando estas se revelam apropriadas para determinados níveis e focos de análise (micro ou macro), recorrendo a diferentes metodologias e deixando que seja o objeto em estudo e o propósito da análise que as convoque, e não o analista que as imponha.

Em suma, quando, por alguma razão, o analista da argumentação prefere ater-se a um quadro teórico único, ele deve estar consciente de que o recorte adotado pode ter muitas limitações e deve ponderar se é apropriado para o objetivo da sua análise.

Neste ponto, é bom recordar que as muitas das teorizações da argumentação se desenvolveram a partir das limitações que encontraram

noutras teorizações: assim, por exemplo, se a perspectiva da Argumentação na Língua surgiu como uma forma de questionar a ideia de neutralidade dos usos da língua, atendo-se ao plano dos enunciados, a teoria da argumentação no discurso, assumindo uma perspectiva crítica relativamente à argumentação na língua (no sentido de a considerar demasiado micro), optou por tomar o discurso como unidade de análise das argumentações; por sua vez, a perspectiva da Argumentação na Interação, achando redutor este centramento no discurso, preferiu colocar como ponto de partida das análises o conceito de « situações de argumentação ». Isto para não falar de outras perspectivas abordadas neste livro, como sejam a Lógica Informal (e a sua tónica nos raciocínios) ou a do olhar retórico (voltado para os efeitos – nomeadamente persuasivos – da ação discursiva).

Sem dúvida que todas estas focalizações teóricas nos trazem interessantes intuições, mas, provavelmente, o mais importante é seguirmos a regra retórica de seleccionarmos o que é apropriado para cada caso, tendo em consideração que o próprio empreendimento analítico, para além dos registos da observação e da descrição, é sempre acompanhado com um intuito conclusivo (ou seja, a análise converte-se, ela mesma, num modo de ver e de dar a ver).

Uma segunda e mais difícil questão que podemos colocar relativamente às práticas de análise das argumentações é a de saber se a dimensão *performativa* do argumentar, em situações de argumentação interacional, não é sistematicamente menosprezada ao fazermos da análise do discurso o destino do estudo da argumentação e do lidar argumentativo.

A dimensão performativa abarca tanto a iniciativa discursiva como a produção de contradiscursos. Ela remete para uma situação em que a tensão do confronto não pode ser descartada e na qual o momento de «retiro para fins de análise» não está sobre a mesa. Para enfatizar a dimensão do confronto tensional como marca das situações de argumentação, pode afirmar-se que uma situação de argumentação não tem a sua origem num discurso, mas num contradiscurso, enfatizando-se com isso o papel fulcral da oposição entre discursos como ponto de partida das análises das argumentações.

Ora, esta distinção entre o estarmos *expostos aos discursos* e o estarmos em situações de *confronto discursivo* faz toda a diferença. No primeiro caso, a análise do discurso é fundamental, pois dá-nos competências críticas de leitura; já no segundo caso, somos lançados para a dimensão performativa em que estão em jogo outro tipo de competências, geralmente negligenciadas nos modos académicos de estudar e ensinar argumentação que se centram na análise textual.

É desejável que as práticas analíticas contribuam para melhores *performances* interativas. Isso pode acontecer de diversos modos – a começar, por exemplo, pelo conhecimento de argumentários frequentemente utilizados sobre assuntos em questão, a que podemos recorrer na pressão dos momentos das interações. Mas esse importante recurso (para não se mencionar o desenvolvimento que a inteligência e a destreza analíticas podem proporcionar) são ainda insuficientes relativamente à nossa *performance* como argumentadores em situações de argumentação.

Um exemplo que pode tornar claro este aspecto é a importância das atitudes dos argumentadores numa argumentação. Outro é o da imprevisibilidade, dos constrangimentos e das contingências que envolvem as situações concretas de argumentação. Ambas remetem para a capacidade de lidar com um jogo em que nos vemos envolvidos e que se desenrola sem que o possamos controlar por estarmos numa situação de interdependência discursiva e sujeitos a constrangimentos relacionados com o aqui e agora desse acontecer. Aliás, por que razão o desenvolvimento do sentido de oportunidade (o *kairós* grego) não é geralmente salientado como uma competência argumentativa e retórica fundamental? Talvez, precisamente, porque se privilegie a análise sobre o acontecer, as avaliações por dissecação sobre os efeitos que funcionam justamente, porque dispensam a filtragem da lente analítica.

Por fim, e para concluir esta questão das relações entre a visada analítica e a visada performativa, realce-se que, do ponto de vista performativo, é muito mais importante o *posicionamento confrontacional*, o estar ou não de acordo, sob a pressão do confronto, do que as descodificações analíticas com o intuito de elucidar funcionamentos discursivos sem se chegar, a maior parte das vezes, a aceder aos assuntos em questão e sobre eles decidir e contrapor.

Nesse sentido, talvez seja importante, no plano do ensino da argumentação, complementar os estudos analíticos com um duplo estímulo: por um lado, procurar equacionar o(s) assunto(s) em questão, remontando das respostas às questões a que respondem; por outro, exercitar a construção de contradiscursos, estimulando o pensamento divergente – um “pensar ao lado” – e a construção de alternativas como forma de desdogmatizar as respostas e assim aceder a um enquadramento retórico que simultaneamente nos liberta e responsabiliza. Talvez desse modo seja também possível esconjurar alguns dos aspetos negativos que a compartimentação disciplinar trouxe para a academia e cruzar conhecimento, pensamento e vida na sua dimensão integral e existencialmente significativa.

Se o presente livro introduz na riqueza de universos teóricos, solidários de práticas analíticas – vertente de suma importância para o desenvolvimento de competências de leitura crítica –, ele não deixa de convocar um volume a vir, no qual o binómio teoria-análise se alargue e dê lugar ao trinómio teoria-análise-*performance*. Talvez nesse momento possamos ter mais elementos para responder a uma pergunta que, num curso que lecionei para jovens advogados, surgiu após algumas aulas ocupadas com o estudo de teóricos e com a análise de textos: “professor, quando é que começamos a argumentar?”.

Rui Alexandre Grácio
Coimbra, maio de 2021.